

Balanco Patrimonial – 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Milhares de Reais)									
	Nota	2022	2021	01/01/2021		Nota	2022	2021	01/01/2021
Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.919	5.578	8.239	Fornecedores	11	44.247	22.958	15.792
Contas a receber	5	189.254	109.952	74.471	Empréstimos e financiamentos	12	153.541	97.588	83.011
Instrumentos financeiros derivativos	19	–	669	1.869	Instrumentos financeiros derivativos	19	178	–	–
Estoques		500	902	299	Arrendamentos a pagar	9	15.694	2.661	2.317
Tributos a recuperar	6	19.948	10.173	13.438	Obrigações trabalhistas e sociais	13	39.901	25.182	18.386
Adiantamento a fornecedores e diversos		2.089	1.233	784	Dividendos a pagar	15	28.312	–	–
Despesas antecipadas		62	1.506	1.601	Tributos a recolher		12.890	8.194	5.204
		230.772	130.013	100.701	Adiantamentos de clientes		292	975	20
Não circulante					Outros passivos		11.343	7.968	5.302
Depósitos judiciais	14	5.274	5.284	4.291			306.398	165.526	130.032
Tributos a recuperar	6	17.123	11.850	11.440	Não circulante				
Tributos diferidos	8	–	7.789	16.226	Empréstimos e financiamentos	12	244.003	130.193	154.978
Direito de uso	9	75.663	12.100	7.809	Arrendamentos a pagar	9	55.619	7.778	4.982
Imobilizado	10	348.849	188.202	184.769	Partes relacionadas		–	–	6.329
Intangível		98	98	114	Tributos diferidos	8	12.901	–	–
		447.007	225.323	224.649	Provisão para demandas judiciais	14	7.712	6.274	5.949
Total do ativo		677.779	355.336	325.350		320.235	144.245	172.238	
					Patrimônio líquido	15			
					Capital social		45.524	35.567	32.235
					Reserva de lucros		5.622	9.998	(9.155)
							51.146	45.565	23.080
					Total do passivo e patrimônio líquido		677.779	355.336	325.350

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)									
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021		
Receita operacional líquida		16	774.426	16	774.426	441.796	441.796		
Custo dos serviços prestados		17	(640.889)	17	(640.889)	(362.100)	(362.100)		
Lucro bruto			133.537		133.537	79.696	79.696		
Despesas gerais e administrativas		17	(47.856)	17	(47.856)	(37.471)	(37.471)		
Outras receitas (despesas) operacionais		17	16.379	17	16.379	7.929	7.929		
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos			102.060		102.060	50.154	50.154		
Receitas financeiras		18	3.615	18	3.615	3.862	3.862		
Despesas financeiras		18	(42.652)	18	(42.652)	(18.097)	(18.097)		
Resultado financeiro, líquido			(39.037)		(39.037)	(14.235)	(14.235)		
Lucro antes dos impostos			63.023		63.023	35.919	35.919		
Imposto de renda e contribuição social corrente		8	(1.887)	8	(1.887)	(232)	(232)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		8	(20.690)	8	(20.690)	(8.437)	(8.437)		
Lucro líquido do exercício			40.446		40.446	27.250	27.250		

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Milhares de Reais)									
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021		
Atividades operacionais				Atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos			63.023	Lucro antes dos impostos			63.023		
Depreciação de imobilizado			19.718	Depreciação de imobilizado			19.718		
Ganho na venda de ativo imobilizado			(6.013)	Ganho na venda de ativo imobilizado			(6.013)		
Amortização de direito de uso			10.883	Amortização de direito de uso			10.883		
Juros incorridos sobre arrendamentos			6.128	Juros incorridos sobre arrendamentos			6.128		
Juros sobre empréstimos e financiamentos			39.070	Juros sobre empréstimos e financiamentos			39.070		
Provisão de clientes a faturar			(12.115)	Provisão de clientes a faturar			(12.115)		
Instrumentos financeiros derivativos			847	Instrumentos financeiros derivativos			847		
Provisão para demandas judiciais			1.438	Provisão para demandas judiciais			1.438		
Variáveis nos ativos e passivos operacionais			122.979	Variáveis nos ativos e passivos operacionais			122.979		
Contas a receber			(67.187)	Contas a receber			(67.187)		
Estoques			402	Estoques			402		
Tributos a recuperar			(15.048)	Tributos a recuperar			(15.048)		
Adiantamento a fornecedores e diversos			(856)	Adiantamento a fornecedores e diversos			(856)		
Depósitos judiciais			10	Depósitos judiciais			10		
Outros ativos			1.444	Outros ativos			1.444		
Fornecedores			21.289	Fornecedores			21.289		
Obrigações trabalhistas e sociais			14.719	Obrigações trabalhistas e sociais			14.719		
Tributos a recolher			4.696	Tributos a recolher			4.696		
Adiantamento de clientes			(683)	Adiantamento de clientes			(683)		
Outros passivos			3.375	Outros passivos			3.375		
Imposto de renda e contribuição social pagos			(1.887)	Imposto de renda e contribuição social pagos			(1.887)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			83.253	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			83.253		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições do imobilizado			(182.674)	Adições do imobilizado			(182.674)		
Direito de uso			–	Direito de uso			–		
Recebimento na venda de ativos imobilizados			8.322	Recebimento na venda de ativos imobilizados			8.322		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			(174.352)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			(174.352)		
Atividades de financiamento				Atividades de financiamento					
Passivos de arrendamento			–	Passivos de arrendamento			–		
Pagamentos de passivos de arrendamento			(19.700)	Pagamentos de passivos de arrendamento			(19.700)		
Captação de empréstimos e financiamentos			240.351	Captação de empréstimos e financiamentos			240.351		
Pagamento de empréstimos e financiamentos e juros			(109.658)	Pagamento de empréstimos e financiamentos e juros			(109.658)		
Adiantamento para aumento de capital			–	Adiantamento para aumento de capital			–		
Mútuos entre partes relacionadas			–	Mútuos entre partes relacionadas			–		
Distribuição de lucros			(6.553)	Distribuição de lucros			(6.553)		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento			104.440	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento			104.440		
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa			13.341	Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa			13.341		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			5.578	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			5.578		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			18.919	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			18.919		
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa			13.341	Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa			13.341		

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/07/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

panhia atua ("moeda funcional"). **3.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022:** i) **Classificação de passivos como circulante ou não circulante (revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** O CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. ii) **Contratos de seguro – CPC 50:** Ao entrar em vigor, o CPC 50 substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro emitida em 2005. O CPC 50 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discriminatória. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos do CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, o CPC 50 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da norma é o modelo geral, complementado por: i) Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); ii) Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. O CPC 50 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos; iii) **Definição de estimativas contábeis (revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis – CPC 23):** As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. iv) **Divulgação de políticas contábeis (revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis – CPC 26):** As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. v) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis – CPC 32):** As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o CPC 32, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após, o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações financeiras em função dessas alterações. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.4. Instrumentos financeiros: Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos ativos financeiros:** A Companhia reconhece os ativos financeiros na data da negociação na qual se torna parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior a mudança no modelo de negócios. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelas empresas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia, em decorrência do seu modelo de negócio e características dos instrumentos financeiros ativos, classifica tais instrumentos como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros compreendem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros derivativos, adiantamentos a fornecedores e diversos, despesas antecipadas e depósitos judiciais. **Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia mantém somente passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros mensurados a custo amortizado compreendem: fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar e outros passivos. **Mensuração de ativos e passivos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual o ativo pode ser realizado e o passivo liquidado, entre partes conhecidas, em condições normais de mercado. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados pelo valor justo na data das demonstrações financeiras e as alterações são contabilizadas no resultado. **3.5. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são

classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. **3.6. Provisão para perda de crédito esperada:** A provisão para perda de crédito esperada das contas a receber é calculada com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas. As despesas com a constituição da provisão para perda de crédito esperada são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "provisão para perda de crédito esperada" são revertidos contra a perda constituída. **3.7. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens, conforme indicado na nota explicativa 10. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento. A vida útil dos itens, em anos, utilizada no cálculo da depreciação é como segue:

	2021	2022
Máquinas e equipamentos	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	6	5 a 10
Equipamentos de informática	5	5
Instalações	10	10

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **Vida útil dos bens do ativo imobilizado:** A Companhia revisa as estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado anualmente, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras. **3.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individual ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indicativos de que o valor desses ativos seja inferior ao valor de realização. **3.9. Arrendamentos:** Todos os arrendamentos são contabilizados pelo reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por: • Arrendamentos de ativos de baixo valor; • Arrendamentos com duração inferior a 12 meses. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador ao longo do prazo do arrendamento, com a taxa de desconto implícita no contrato, a menos que (como normalmente é o caso) isso não seja facilmente determinável, caso em que a taxa implícita sobre empréstimos da Companhia no início do arrendamento é utilizada. Os pagamentos de arrendamento variável são incluídos na mensuração do passivo de arrendamento se dependerem de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento pressupõe que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do contrato. Outros pagamentos de arrendamento variável são gastos no período a que se relacionam. No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui: • Valores a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual; • O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoável avaliar essa opção; • Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do contrato tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida. Os ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos de quaisquer incentivos recebidos, acrescido por: • Pagamentos de arrendamento feitos até a data do início do contrato; • Custos diretos incorridos iniciais; • O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é contratualmente obrigado a desmontar, remover ou restaurar o ativo subjacente. Após a mensuração inicial, os passivos do arrendamento aumentam como resultado dos juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento. Quando a Companhia revisa sua estimativa do prazo de qualquer arrendamento (porque, por exemplo, ele reavalia a probabilidade de uma extensão do arrendatório ou opção de rescisão ser exercida), ele ajusta o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a fazer ao longo do prazo revisado, que são descontados usando uma taxa de desconto revisada. O valor contábil dos passivos do arrendamento é revisado de forma semelhante quando o elemento variável dos pagamentos futuros do arrendamento dependente de uma taxa ou índice é revisado, exceto se a taxa de desconto permanecer inalterada. Em ambos os casos, um ajuste equivalente é feito ao valor contábil do ativo com direito de uso, com o valor contábil revisado sendo amortizado pelo prazo remanescente (revisado) do arrendamento. Se o valor contábil do ativo com direito de uso for ajustado para zero, qualquer redução adicional é reconhecida no resultado. Quando a Companhia negocia os termos contratuais de um arrendamento com o arrendador, a contabilização depende da natureza da modificação: • Se a renegociação resultar em um ou mais ativos adicionais sendo adicionados por um valor compatível com o preço individual pelos direitos de uso adicionais obtidos, a modificação é contabilizada como um arrendamento separado de acordo com a política acima; • Em todos os outros casos em que a renegociação aumenta o escopo do arrendamento (seja uma extensão do prazo do arrendamento, ou um ou mais ativos adicionais sendo arrendados), o passivo do arrendamento é reavaliado usando a taxa de desconto aplicável na data da modificação, com o ativo de direito de uso sendo ajustado pelo mesmo valor; • Se a renegociação resultar em uma redução no escopo do arrendamento, tanto o valor contábil do passivo do arrendamento quanto do ativo de direito de uso, são reduzidos na mesma proporção para refletir a rescisão parcial ou total do arrendamento com qualquer diferença reconhecida no lucro ou prejuízo. O passivo do arrendamento é então ajustado para garantir que seu valor contábil reflita o valor dos pagamentos renegociados ao longo do prazo renegociado, com os pagamentos do arrendamento modificados descontados pela taxa aplicável na data da modificação. O ativo de direito de uso é ajustado pelo mesmo valor. Para contratos que transmitem o direito para a Companhia de usar um ativo identificado e requerer serviços a serem prestados para a Companhia pelo arrendador, a Companhia optou por contabilizar todo o

contrato como um arrendamento, ou seja, não aloca qualquer valor de pagamentos contratuais, contabilizando separadamente quaisquer serviços prestados pelo fornecedor como parte do contrato. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia utilizou as taxas médias de 13,75% (9,25% em 31 de dezembro de 2021) para cálculo do ajuste a valor presente. **3.10. Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.11. Provisões para demandas judiciais:** Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. **3.12. Benefícios a funcionários: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base no princípio de competência tendo em conta as leis tributárias promulgadas, as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real, nas datas das demonstrações financeiras. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisão, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos corrente e diferido são reconhecidos no resultado, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substantivamente decretadas nas datas das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: (i) diferenças relacionadas a investimentos em entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseado-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de Renda e Contribuição Social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido nas datas das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de exercícios anteriores é limitado a 30% e são reconhecidos contabilmente, com base na extensão em que é provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições/exclusões das diferenças temporárias, momento em que estas se tornaram dedutíveis/tributáveis na apuração do lucro tributável, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados nas datas das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.14. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.15. Reconhecimento da receita:** A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita conforme CPC 47, que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. **3.16. Receitas financeiras e despesas financeiras (resultado financeiro):** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na antecipação de ativos financeiros disponíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa efetiva de juros. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	281	163
Contas correntes	979	4.277
Aplicações financeiras	17.659	1.138
	18.119	5.578

O saldo de "Caixa e equivalentes de caixa" representam valores com vencimento inferiores a 90 dias, disponíveis para utilização a qualquer tempo, sem vínculos de impedimento. Em "Aplicações financeiras" são registrados Certificados de Depósitos Bancários, remunerados com base em percentual (média de 100%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), bem como aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições de primeira linha, com rendimentos e liquidez diários. Tais aplicações são realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha visando manter o poder aquisitivo da moeda corrente (Real) e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações da Companhia, podendo ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos.

5. Contas a receber

	2022	2021	01/01/2021
		(reapresentado)	(reapresentado)
Clientes nacionais	167.605	100.418	74.471
Clientes a faturar	21.649	9.534	
	189.254	109.952	74.471

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer do saldo de clientes nacionais:

Anos	2022	2021
Até 1 ano	15.694	2.661
Até 2 anos	11.049	1.852
Até 3 anos	9.722	1.725
Até 4 anos	8.145	1.571
Até 5 anos	6.595	1.217
Acima de 5 anos	20.108	1.413
	71.313	10.439

Os fluxos de pagamentos dos arrendamentos estão demonstrados a seguir:

6. Tributos a recuperar

	2022	2021	01/01/2021
		(reapresentado)	(reapresentado)
IRRF sobre aplicações financeiras	2.047	2.431	1.507
ICMS sobre ativo imobilizado	28.196	13.612	19.618
INSS a recuperar	77	77	77
CSLL a recuperar	617	219	101
PIS sobre pagamento de arrendamento	—	73	54
COFINS s/ pagamento de arrendamento	—	290	224
PERDCOMP a compensar	76	76	76
Prejuízo fiscal e base negativa – IRPJ e CSLL	—	—	3.221
PIS e COFINS (i)	6.058	5.245	—
	37.071	22.023	24.878
Circulante	19.948	10.173	13.438
Não circulante	17.123	11.850	11.440

(i) **Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS:** A Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS, dos anos de 2002 a 2012, decorrentes do trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia em ação judicial que discutia a tese da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R\$5.246.

7. Partes relacionadas – Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros e Diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Honorários da diretoria	1.440	1.200
	1.440	1.200

Ativo:

	2022	2021
Contas a receber (nota 5)	141.914	84.312
	141.914	84.312

Resultado:

	2022	2021
Receita bruta (nota 16)	609.480	366.666
	609.480	366.666

A provisão para perda de crédito esperada é constituída em montante considerado suficiente pela Administração face às eventuais perdas. As despesas com constituição da provisão para perda de crédito esperada, são registradas na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. A Companhia registra a provisão para perda de crédito esperada, após análise individualizada dos clientes. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 360 dias. A exposição máxima ao risco de crédito na data do encerramento do período é o valor contábil do contas a receber mencionado acima.

As operações com partes relacionadas referem-se a contratos de prestação de serviços de logística com o Grupo Ambev, os quais são efetuados a preços e condições específicos negociados contratualmente. **8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos –** O imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período de 31 de dezembro de 2022 e 2021, são demonstrados como segue:

	2022	2021
	(reapresentado)	(reapresentado)
Resultado do exercício antes dos impostos	63.023	35.919
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(21.428)	(12.212)
Ajustes no cálculo pela alíquota efetiva	(831)	3.543
Diferenças permanentes	(22.577)	(8.669)
Outras adições e exclusões	(1.887)	(232)
Impostos correntes	(20.690)	(8.437)
Impostos diferidos	36%	24%
Alíquota efetiva		
Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:		
	2022	2021
	(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	24.129	24.268
Provisão para demandas judiciais	2.622	3.854
	26.751	28.122
Passivo		
Depreciação fiscal vs. societária	(31.295)	(15.607)
Provisão de receita a faturar	(6.573)	(2.942)
Provisão de PIS/COFINS a recuperar sobre exclusão de ICMS	(1.784)	(1.784)
	(39.652)	(20.333)
Tributos diferidos líquidos	(12.901)	7.789
A Companhia mantém o saldo de R\$ 24.129 (R\$ 24.268 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 22.900 em 01 de janeiro de 2021) de imposto de renda e contribuição social sobre os prejuízos fiscais e base negativa. A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios. 9. Direito de uso e arrendamentos a pagar – A movimentação do direito de uso e dos arrendamentos a pagar durante o exercício foi a seguinte:		

Ativo:

	2022	2021	01/01/2021
		(reapresentado)	(reapresentado)
Prejuízo fiscal e base negativa	24.129	24.268	22.900
Provisão para demandas judiciais	2.622	3.854	1.816
	26.751	28.122	24.716

Passivo

	2022	2021
Depreciação fiscal vs. societária	(31.295)	(15.607)
Provisão de receita a faturar	(6.573)	(2.942)
Provisão de PIS/COFINS a recuperar sobre exclusão de ICMS	(1.784)	(1.784)
	(39.652)	(20.333)
Tributos diferidos líquidos	(12.901)	7.789
A Companhia mantém o saldo de R\$ 24.129 (R\$ 24.268 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 22.900 em 01 de janeiro de 2021) de imposto de renda e contribuição social sobre os prejuízos fiscais e base negativa. A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios. 9. Direito de uso e arrendamentos a pagar – A movimentação do direito de uso e dos arrendamentos a pagar durante o exercício foi a seguinte:		

Saldo em 31/12/2021

	2022	2021	01/01/2021
		(reapresentado)	(reapresentado)
Saldos em 31/12/2021	5.877	5.216	1.007
Adições de novos contratos	74.044	—	74.044
Amortizações	(9.159)	(1.019)	(705)
Remensurações	3.258	(2.856)	—
Saldos em 31/12/2022	74.020	1.341	302
Até			
Até 5 anos	10	10	5
Até 10 anos	5	10	5
Até 15 anos	5	10	5

Saldo em 31/12/2020

	2022	2021
Adições da incorporação	1.714	5.371
Adições de novos contratos	5.845	—
Amortizações	4.394	—
Remensurações	(6.076)	(155)
Saldos em 31/12/2021	5.877	5.216
Até		
Até 5 anos	10	10
Até 10 anos	5	10
Até 15 anos	5	10

Saldo de compromissos de arrendamento

	2022	2021
Saldo de compromissos de arrendamento	19.889	(9.450)
Adições de novos contratos	130.032	(55.988)
Pagamento efetuados	(19.700)	—
Remensurações	402	—
Saldo em 31/12/2022	120.621	(55.988

... continuação

10. Imobilizado – Composição do ativo imobilizado

	2022			2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	% Taxas anuais de depreciação	
Máquinas e equipamentos	9.119	(3.214)	5.905	2.797	10	10
Móveis e utensílios	1.268	(601)	667	550	10	10
Veículos	463.931	(122.846)	341.085	183.959	10 a 20	20
Equipamentos de informática	1.650	(465)	1.185	888	10	20
Instalações	47	(40)	7	8	10	10
476.015	(127.166)	348.849	188.202			

Movimentação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Instalações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.220	786	275.678	1.497	47	283.228
Adições	275	284	26.984	379	–	27.922
Baixas	–	(5)	(5.289)	(4)	–	(5.298)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.495	1.065	297.373	1.872	47	305.852
Adições	3.628	215	178.230	601	–	382.674
Baixas	(4)	(12)	(11.672)	(823)	–	(12.511)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.119	1.268	463.931	1.650	47	476.015

Depreciação acumulada

	2022	2021
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(2.221)	(439)
Adições	(477)	(78)
Baixas	–	2
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(2.698)	(515)
Adições	(519)	(95)
Baixas	3	9
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(3.214)	(601)

Imobilizado líquido

Líquido em 31 de dezembro de 2021	2.797	550	183.959	888	8	188.202
Líquido em 31 de dezembro de 2022	5.905	667	341.085	1.185	7	348.849

Teste de recuperabilidade: A Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não apontou a necessidade de constituição da provisão para o valor recuperável destes ativos. Como consequência não existe perdas por desvalorização a serem reconhecidas nos exercícios mencionados acima. Vida útil dos ativos imobilizados: Durante o exercício de 2022 a Companhia, com base em estudo interno realizado pela Administração, reavaliou a vida útil de seus ativos imobilizados relacionados ao grupo de veículos passando os ativos imobilizados a partir do exercício de 2022 a serem depreciados pela nova vida útil de 10 anos.

11. Fornecedores a pagar

	2022	2021
Fornecedores de mercadorias e serviços	39.861	20.581
Fretes a pagar	4.386	2.377
	44.247	22.958

O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de 30 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a pagar que são sempre vencíveis em prazo não superior a um ano. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

12. Empréstimos e financiamentos

Em moeda nacional:	Encargos financeiros incidentes	Índice	2022		2021	
			2022	2021	2022	2021
Finame	3,2% a 3,6% a.a.	URTJLP	129.261	19.820	–	–
Finame	14,6% a 16,1% a.a.	–	35.647	–	–	–
Finame	3,6% a 3,7% a.a.	SELIC	50.113	–	–	–
Leasing	8,3% a.a. a 16,7% a.a.	–	9.084	13.395	–	–
Capital de giro	2,8% a.a. a 17,5% a.a.	CDI	114.108	121.688	–	–
CDC	7,6% a.a. a 18% a.a.	–	57.816	72.240	–	–
Consórcios	Taxa administrativa 13%	–	761	560	–	–
Outros	–	–	398	78	–	–
			397.544	227.781	–	–
Circulante			153.541	97.588	–	–
Não circulante			244.003	130.193	–	–

Os financiamentos bancários estão garantidos pela alienação fiduciária dos veículos e equipamentos de informática. A Companhia arrenda veículos e equipamentos de informática, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamento são de três a cinco anos. Os empréstimos são contraídos basicamente para fins de financiamento de suas atividades operacionais na compra de bens do ativo imobilizado. O valor justo dos financiamentos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados. Os financiamentos e as obrigações de arrendamento são garantidos por meio de alienação fiduciária dos bens financiados e/ou arrendados. A Companhia não divulgou o valor justo dos empréstimos e financiamentos por entender que esse valor é muito próximo do valor contábil. As parcelas classificadas no não circulante por ano de vencimento têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2022	2021
2023	–	80.951
2024	97.778	42.860
2025	66.748	6.382
2026	64.005	–
Após 2026	15.472	–
Total	244.003	130.193

a) **Garantias:** A Companhia possui como garantias penhor de direitos creditórios de seus contratos de recebíveis. Além disso os bens dados em garantia são os próprios bens adquiridos por meio dos

contratos de financiamento. b) **Obrigações contratuais – “Covenants financeiros”** Os empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia não contém cláusulas restritivas – “covenants financeiros”.

13. Obrigações trabalhistas e sociais

	2022	2021
Salários a pagar	10.557	6.830
Provisões para férias e encargos	19.474	11.899
INSS	5.287	3.564
FGTS	3.516	2.154
Outros	1.067	736
	39.901	25.182

São reconhecidos em conformidade com a prestação de serviços de seus funcionários e os encargos são calculados em conformidade com a legislação vigente. 14. **Provisão para demandas judiciais** A Companhia possui processos judiciais de natureza trabalhista decorrente do curso normal de suas atividades. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e outras evidências, constituiu provisão para aqueles processos, cujo desfecho é estimado como desfavorável à Companhia e cujo montante possa ser estimado com razoável segurança. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a demandas judiciais:

	Depósitos judiciais	Provisão
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.291	5.949
Adições	2.768	325
Baixas	(1.775)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.284	6.274
Adições	1.862	1.438
Baixas	(1.872)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.274	7.712

A natureza das obrigações pode ser resumida como segue: • **Contingências trabalhistas e previdenciárias:** consistem principalmente em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre pagamento de insalubridades; • **Depósitos judiciais:** consiste, principalmente para pagamento de garantia de execução, levantamento de valores e encargos de processos contra a Companhia. **Perdas possíveis não provisionadas no balanço:** No que tange aos processos jurídicos estimados como perda possível, a Companhia é ré em ações trabalhistas, previdenciárias, cíveis e tributárias avaliados em 31 de dezembro de 2022 em R\$ 6.442 (R\$ 5.887 em 31 de dezembro de 2021). 15. **Patrimônio líquido** – Em virtude da incorporação efetuada, conforme Nota Explicativa nº 1.2, em 31 de dezembro de 2021, o capital social que antes era de R\$ 32.235, dividido em 32.234.773 quotas, no valor de R\$1,00 cada, foi aumentado pelo acréscimo do valor do capital social da incorporada no valor de R\$3.332, de modo que passa a ser de R\$ 35.567, divididos em 35.566.669 quotas de capital idênticas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma delas. Em 30 de abril de 2022, os sócios decidiram por unanimidade aumentar o capital social da Companhia em R\$9.957 através da emissão de 9.957.000 novas quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma delas, mediante o aproveitamento das reservas de lucros acumulados. Em 30 de junho de 2022 os acionistas Roberto Zampini, Roberto Zampini Junior, Eduardo Negrão Zampini, Humberto Fernando Negrão Zampini, Laura Negrão Zampini e Flávia Zampini Fregonezi transferiram onerosamente à RTO Latam Estratégia em Compras Ltda. o total de 5.007.604 ações, sendo 5.007.154 ações ordinárias, sem valor nominal e 450 ações preferenciais, sem valor nominal, classe “A”. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 45.523.219 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 450 ações preferenciais, sem valor nominal (35.566.669 quotas em 31 de dezembro de 2021), na seguinte proporção:

	2022		2021	
	Participação %	Ações ordinárias	Participação %	Quotas
Roberto Zampini	1,34	610.217	–	610
Roberto Zampini Junior	21,72	9.886.558	–	9.887
Eduardo Negrão Zampini	21,72	9.886.558	–	9.887
Humberto Fernando Negrão Zampini	21,72	9.886.558	–	9.887
Laura Negrão Zampini	11,25	5.123.087	–	5.123
Flávia Zampini Fregonezi	11,25	5.123.087	–	5.123
RPO Latam Estratégia em Compras S.A.	100	45.523.219	100	45.524

ações preferenciais. As ações “Classe A” preferenciais da Companhia terão direito a voto irrestrito e farão jus, cada uma, à prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em relação a quaisquer outras classes de ações preferenciais que venham a ser emitidas pela Companhia. Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro líquido ajustado do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº6.404/76, limitado a 20% do capital social. Distribuição de lucros: Conforme definido no Estatuto Social da Companhia, aprovado em 30 de junho de 2022, exceto se de outra forma aprovado por unanimidade dos acionistas da Companhia, a Companhia distribuirá aos seus acionistas dividendos equivalentes a 70% do lucro líquido apurado a cada exercício social, ajustado na forma da Lei. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram propostos dividendos totais de R\$34.865, dos quais R\$ 6.553 foram pagos efetivamente até marco de 2022 (R\$ 0.097 distribuídos em 31 de dezembro de 2021), e R\$ 28.312 provisionados referente ao dividendo mínimo obrigatório. 16. **Receita líquida** – As receitas da Companhia são constituídas da prestação de serviços logísticos integrados de transporte, armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas em setores tais como bebidas e alimentícias. A receita de prestação de serviços de transportes, bem como a receita de serviços logísticos é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

	2022	2021
Receita financeira	1.016	3.409
Juros ativos e atualização monetária (i)	684	1.132
Receita de aplicação financeira	1.915	321
Descontos obtidos	3.615	3.862
Despesa financeira	(383)	(55)
Descontos concedidos	(40.119)	(17.225)
Juros passivos	(1.945)	(592)
Despesas bancárias	(205)	(225)
Taxas de consórcio	(42.652)	(18.097)
Resultado financeiro líquido	(39.037)	(14.235)

(i) O valor de R\$2.442 em 2021 refere-se à correção monetária do Crédito Fiscal reconhecido atualizada até 31 de dezembro de 2021, em que a Companhia obteve êxito em ação judicial perante o Supremo Tribunal Federal referente a inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do Pis e da Cofins. 19. **Instrumentos financeiros – Gerenciamento de risco financeiro:** Visão geral: Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as

características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Estrutura de gerenciamento de risco: Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O risco de crédito da Companhia é reduzido em virtude de serem pulverizados em diversos clientes e não estarem concentrados em clientes específicos. De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. Garantias: A Companhia é parte em prestar ou obter garantias e/ou avais a operações financeiras contratadas pela própria Companhia ou outras entidades. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A Companhia mantém constantes esforços para o alongamento do seu endividamento e na obtenção de recursos de longo prazo para realização dos investimentos necessários para a ampliação da oferta de prestação de serviço. Risco de mercado: Decorre da

	2022	2021
Ativos financeiros	189.191	189.254
Caixa e equivalentes de caixa	189.191	189.254
Contas a receber	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	–
Adiantamento a fornecedores e diversos	2.089	2.089
Despesas antecipadas	62	62
Depósitos judiciais	5.274	5.274
Passivos financeiros	(44.247)	(44.247)
Fornecedores	(397.544)	(397.544)
Empréstimos e financiamentos	(71.313)	(71.313)
Arrendamento a pagar	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	–
Adiantamento de clientes	(292)	(292)
Dividendos a pagar	(28.312)	(28.312)
Outros passivos	(11.343)	(11.343)

Análise de sensibilidade: As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estão atreladas à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI em relação à data base de 31 de dezembro de 2022, considerando o risco de queda do CDI, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses conforme projeção da B3 e a partir deste, simulamos variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.

	Apreciação		Depreciação	
	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário Provável I	Cenário II
Aplicações financeiras	17.659	17.659	17.659	17.659
Taxa sujeita à variação	13,42%	16,78%	13,42%	10,07%
Receita financeira projetada	2.370	2.962	2.370	1.777
Variação – R\$	592	1.185	(593)	(1.185)
Empréstimos e financiamentos	164.221	164.221	164.221	164.221
Taxa sujeita à variação (CDI/SELIC)	13,42%	16,78%	20,13%	10,07%
Despesa financeira projetada	(22.038)	(27.548)	(33.058)	(16.529)
Variação – R\$	(5.510)	(11.020)	5.509	(11.019)

Riscos de liquidez: A seguir são apresentadas as maturidades de passivos financeiros da Companhia, incluindo pagamento de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de renegociação de moedas pela posição líquida em 31 de dezembro de 2022.

	Valor Contábil	1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos	44.247	44.247	–	–	–
Fornecedores	397.544	153.541	164.526	64.005	15.472
Empréstimos e financiamentos	71.313	15.694	20.771	14.470	20.108
Arrendamentos a pagar	292	292	–	–	–
Adiantamento de clientes	28.312	28.312	–	–	–
Dividendos a pagar	11.343	11.343	–	–	–
Outros passivos	553.051	253.429	185.297	78.745	35.580

20. **Seguros** – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A cobertura de seguros, por natureza, em 31 de dezembro de 2022 é composta conforme quadro abaixo:

Classificação	Risco assegurado	Valor do risco assegurado	Vigência
Danos materiais/corporais	Predios e benfeitorias	1.370	2023
Responsabilidade civil de administradores	Risco de colaboradores	172.059	2023

i) Frota: A Companhia contrata seguro para frota conforme exigências contratuais e para cobertura de danos a terceiros, entretanto na sua maior parte faz a autogestão de risco de sinistros de sua frota, tendo em vista o custo versus benefício do prêmio. 21. **Compromissos** – A Companhia possui contratos de prestação de serviços de logística, com prazos que variam entre 5 e 10 anos, cuja estimativa de recebíveis contratuais são apresentados abaixo, calculados em 31 de dezembro de 2022:

Exercícios	Tipo de serviço prestado	Receita anual
2023	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	1.226.228
2024	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	1.594.097
2025	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	2.072.326
2026	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	2.694.024
2027	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	3.071.183
2028	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	3.783.703
2029	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	3.783.703
2030	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	4.124.237
		22.349.506

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da **Transportes Imediato S.A. – Ribeirão Preto-SP** Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Transportes Imediato S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente: O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 2.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modific

... continuação		Transportes Imediato S.A.	
<p>mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos 	<p>procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório 	<p>de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, 	<p>entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Ribeirão Preto, 10 de março de 2023.</p> <p>Ernst & Young Audidores Independentes S.S. Ltda. CRC-SP - 044.415/F Eric Horta Piantino Contador CRC-MG - 107.829/O</p> 

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/07/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



